



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2020

UFJF/PROPLAN/COESF
Juiz de Fora, Janeiro de 2021



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

REITOR

Professor Dr. Marcus Vinícius David

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Professor Dr. Eduardo Antônio Salomão Condé

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Jucilene Melandre da Silva

COORDENADORA DA COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO E SUPORTE FINANCEIRO

Nathalia Fonseca da Silveira

EQUIPE TÉCNICA

Igor Rafael de Oliveira

Contador

Regina Célia Bitencourt Dias Baesso

Contadora

Gilda Firmino Alvares Pereira

Contadora

Maximila Fabiana da Silva

Técnica em Contabilidade



SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	5
1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	7
2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	7
3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADOS PELA UFJF	8
3.1 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL.....	8
3.2 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS X RECURSOS FINANCEIROS	8
3.3 RESTOS A PAGAR.....	9
3.4 MOEDA FUNCIONAL.....	10
3.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10
3.6 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO.....	10
3.7 ESTOQUES	10
3.8 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10
3.9 IMOBILIZADO.....	11
3.10 DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	11
3.11 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	11
3.12 INTANGÍVEL.....	12
3.13 PASSIVOS.....	12
3.14 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	13
3.15 RESULTADO FINANCEIRO	14
3.16 RESULTADO PATRIMONIAL	14
4. BALANÇO PATRIMONIAL – BP	16
5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP	18
6. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO	19
7. BALANÇO FINANCEIRO - BF.....	22
8. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC.....	23
9. NOTAS EXPLICATIVAS	24
9.1 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa	24
9.2 02 - Créditos a Curto Prazo	25
9.3 03 - Estoques	26
9.4 04 - Ativo Realizável a Longo Prazo.....	26
9.5 05 - Bens Móveis	27



9.6	06 - Bens Imóveis	28
9.7	07 - Intangível.....	29
9.8	08 - Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	30
9.9	09 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	30
9.10	10 - Demais Obrigações a Curto Prazo.....	31
9.11	11 - Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	32
9.12	12 - Ajustes de Exercícios Anteriores	32
9.13	13 - Atos Potenciais Ativos e Passivos.....	32
9.14	14 – Variações Patrimoniais Aumentativas.....	33
9.15	15 - Variações Patrimoniais Diminutivas.....	34
9.16	16 - Resultado Patrimonial do Exercício.....	35
9.17	17 - Receitas Correntes	35
9.18	18 - Despesas Correntes e de Capital.....	36
9.19	19 - Resultado Orçamentário (Déficit)	36
9.20	20 - Restos a Pagar Não Processados - RPNP.....	37
9.21	21 - Restos a Pagar Processados	39
9.22	22 – Resultado Financeiro – Consumo de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	39
9.23	23 – Gastos com COVID-19	40

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

O objetivo principal das notas explicativas às demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As notas explicativas são compostas pelas seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Tais demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis aplicáveis ao setor público, vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Desta forma, o escopo desta declaração refere-se às demonstrações contábeis acima descritas, tendo como base os dados consolidados da Universidade Federal de Juiz de Fora e seu Hospital Universitário.

Visando assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UFJF e extraídos os dados para a elaboração das demonstrações contábeis, mensalmente a Gerência de Contabilidade, da Coordenação de Execução e Suporte Financeiro, realiza a conformidade contábil, conforme procedimentos descritos no Manual SIAFI.

Assim, considerando os pontos acima, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2020, refletem



nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade Federal de Juiz de Fora, exceto no tocante as ressalvas apontadas a seguir:

- a) Os bens móveis da entidade podem não representar de maneira fidedigna a real situação patrimonial, uma vez que não houve a realização de inventário e nem de reavaliação recentemente. Espera-se que com a adoção do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (novo sistema de controle patrimonial), tal situação seja sanada;
- b) Os ativos intangíveis com vida útil definida não estão sendo amortizados, gerando como consequência uma superavaliação do ativo intangível; e
- c) Os estoques da entidade não foram inventariados e por este motivo, podem estar superavaliados. Assim como para os bens móveis, espera-se que com a adoção do SIADS, esta situação seja sanada.

Juiz de Fora, janeiro de 2021

Igor Rafael de Oliveira

CRC nº 107825/O-9

Contador da Universidade Federal de Juiz de Fora



1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

A Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, criada pela Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960, é Instituição Federal de Ensino Superior, com sede na cidade de Juiz de Fora e campus avançado na cidade de Governador Valadares, ambas no Estado de Minas Gerais. A instituição posiciona-se como um polo científico e cultural de uma região de mais de três milhões de habitantes e está classificada entre as melhores universidades da América Latina, com reconhecimento nacional e internacional.

Atualmente, a UFJF conta com 93 opções de cursos de graduação, 36 de mestrado e 17 de doutorado, em todas as áreas do conhecimento. Dentre outros objetivos, a UFJF tem como fins a promoção de todas as formas de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, e também a manutenção de ampla e diversificada interação com a comunidade.

Quanto a estrutura orçamentária e financeira, o órgão UFJF é composto por duas Unidades Gestoras ativas: O Hospital Universitário e a própria UFJF, sendo ambas, unidades orçamentárias e administrativas investidas do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da UFJF são elaboradas em consonância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também a NBC TSP Estrutura Conceitual, as NBC TSP 01 a 26, as NBC T 16.7 e 16.11; as instruções descritas na 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações das Unidades Gestoras da UFJF e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de

Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADOS PELA UFJF

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

3.1 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL

Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.2 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS X RECURSOS FINANCEIROS

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos orçamentários são aqueles destinados a controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, por meio da estimativa das receitas e da fixação das despesas. Já os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes

públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária” (<http://www.conass.org.br>).

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento” (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

3.3 RESTOS A PAGAR

Conforme a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho (<http://portal.tcu.gov.br/>). Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.



3.4 MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional é o Real, sendo os saldos em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

3.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e seus equivalentes, incluem dinheiro em caixa, depósitos da conta única da união, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata, sendo mensurados e avaliados por seus valores de custo e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

3.6 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber/recuperar a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamento de salários; (ii) créditos tributários; e (iii) depósitos/cauções recebidos como garantias contratuais. Tais valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

3.7 ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados conforme seu valor de aquisição ou produção/construção nas entradas, enquanto nas saídas, pelo seu custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64.

3.8 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária e respectivos ajustes para perdas; e (ii) depósitos/cauções prestados à Municípios, Estados e órgãos federais como garantias contratuais. Tais valores são avaliados e mensurados por seu valor original e, quando aplicável, são acrescidos de atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

3.9 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

É importante ressaltar que, por motivos sistêmicos, os processos de redução ao valor recuperável e de reavaliação, ainda não estão sendo efetuados na UFJF.

3.10 DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação dos bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. A depreciação de tais bens é iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

As informações da depreciação dos bens móveis são apuradas pelo módulo administrativo do sistema de gestão interno da UFJF (SIGA - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica), utilizando como regra de cálculo o método das quotas constantes, bem como a tabela de vida útil e valor residual constante na Macrofunção SIAFI 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

3.11 DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis da UFJF são controlados por meio do SPIUNET, que é o sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da UFJF é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNET sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, sendo a depreciação iniciada no mesmo dia em que o bem é colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

3.12 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, estando aqueles que possuem vida útil definida, sujeitos à amortização. Entretanto, por limitações no sistema de gestão patrimonial, a amortização não está sendo realizada.

3.13 PASSIVOS

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.



Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações.

3.14 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias - que são decorrentes do esforço institucional do próprio órgão - ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Estudos da STN apontam que “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “ente público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por “ente”: União (OFSS), estados, Distrito Federal e municípios. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e unidades gestoras, pois não apresentará os valores da coluna “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada”, exceto receitas próprias ou recursos vinculados, como é o caso (MEC x FNDE x FIES x Salário-Educação). Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito, visualizada na coluna de “Despesas Empenhadas”.

Os valores recebidos pelas universidades e institutos, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos, não são mais visualizados no "BO", na coluna "Previsão Atualizada" da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que “crédito” e “dotação” não são sinônimos. Esta, corresponde aos valores fixados na LOA; enquanto aqueles

correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente).

3.15 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão.

Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

3.16 RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFJF e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que



seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a UFJF, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4. BALANÇO PATRIMONIAL – BP

ATIVO		NE	2020	2019	PASSIVO		NE	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE			94.343.148,81	95.342.513,72	PASSIVO CIRCULANTE			133.777.194,03	150.640.203,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	01		87.628.818,01	87.712.227,23	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	08		47.060.538,11	56.680.955,99
Créditos a Curto Prazo	02		1.355.773,01	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02		-	2.556.927,93	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	09		5.736.853,43	4.393.854,26
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo			-	20.788,08
Estoques	03		5.358.557,79	5.073.358,56	Obrigações de Repartição a Outros Entes			-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda			-	-	Provisões a Curto Prazo			-	-
VPDs Pagas Antecipadamente			-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	10		80.979.802,49	89.544.604,69
ATIVO NÃO CIRCULANTE			889.434.212,83	869.794.209,57	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			134.192,51	4.549,25
Ativo Realizável a Longo Prazo	04		8.325.685,71	9.027.673,36	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	11		134.192,51	4.549,25
Créditos a Longo Prazo			8.325.685,71	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			-	-
Dívida Ativa Não Tributária			546.127,81	392.166,68	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			-	-
Demais Créditos e Valores			8.325.685,71	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo			-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo			(546.127,81)	(392.166,68)	Provisões a Longo Prazo			-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			-	9.027.673,36	Demais Obrigações a Longo Prazo			-	-
Estoques			-	-	Resultado Diferido			-	-
Investimentos			-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			133.911.386,54	150.644.752,27
Participações Permanentes			-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Propriedades para Investimento			-	-					
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			-	-					
Demais Investimentos Permanentes			-	-					
Imobilizado			874.599.787,78	854.533.389,48					
Bens Móveis	05		136.988.160,67	142.378.810,19					
Bens Móveis			224.571.469,82	219.177.507,24	Patrimônio Social e Capital Social			-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis			(87.583.309,15)	(76.798.697,05)	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			-	-	Reservas de Capital			-	-
Bens Imóveis	06		737.611.627,11	712.154.579,29	Ajustes de Avaliação Patrimonial			-	-
Bens Imóveis			753.876.389,58	728.006.746,53	Reservas de Lucros			-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis			(16.264.762,47)	(15.852.167,24)	Demais Reservas			5.666.818,18	5.666.818,18
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			-	-	Resultados Acumulados			844.199.156,92	808.825.152,84
Intangível	07		6.508.739,34	6.233.146,73	Resultado do Exercício	16		36.230.334,52	(97.620.547,98)
Softwares			6.508.739,34	6.233.146,73	Resultados de Exercícios Anteriores			808.825.152,84	910.805.258,16
Softwares			6.508.739,34	6.233.146,73	Ajustes de Exercícios Anteriores	12		(856.330,44)	(4.359.557,34)
(-) Amortização Acumulada de Softwares			-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares			-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			849.865.975,10	814.491.971,02
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			-	-					
Direitos de Uso de Imóveis			-	-					
Diferido			-	-					
TOTAL DO ATIVO			983.777.361,64	965.136.723,29	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			983.777.361,64	965.136.723,29

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO	NE	2020	2019	PASSIVO	NE	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO		87.628.818,01	87.757.094,87	PASSIVO FINANCEIRO		142.674.208,07	164.694.196,04
ATIVO PERMANENTE		896.148.543,63	877.379.628,42	PASSIVO PERMANENTE		77.290.720,88	81.156.753,27
SALDO PATRIMONIAL						763.812.432,69	719.285.773,98

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO	NE	2020	2019	PASSIVO	NE	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	13	82.663.721,32	93.396.802,50	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	13	214.696.417,38	347.699.541,54
Atos Potenciais Ativos		82.663.721,32	93.396.802,50	Atos Potenciais Passivos		214.696.417,38	347.699.541,54
Garantias e Contragarantias Recebidas		5.976.335,68	5.001.153,51	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		75.548.171,19	68.351.593,98	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		27.903.861,11	53.051.255,21
Direitos Contratuais		1.139.214,45	20.044.055,01	Obrigações Contratuais		186.792.556,27	294.648.286,33
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL		82.663.721,32	93.396.802,50	TOTAL		214.696.417,38	347.699.541,54

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(18.942.970,48)
Recursos Vinculados	(36.102.419,58)
Educação	(13.423.266,58)
Seguridade Social (Exceto Previdência)	335.800,51
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	(14.481.291,98)
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	(8.533.661,53)
TOTAL	(55.045.390,06)



5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14	1.119.035.644,02	1.239.277.115,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		86.929.938,38	111.475.931,98
Venda de Mercadorias		1.630,50	53.917,50
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		86.928.307,88	111.422.014,48
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.665.311,86	4.012.294,59
Juros e Encargos de Mora		31.502,06	11.853,44
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.633.809,80	4.000.441,15
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		1.016.230.963,16	984.687.080,32
Transferências Intragovernamentais		1.000.054.439,71	983.905.295,42
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		16.176.523,45	781.784,90
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		13.572.495,26	130.393.329,77
Reavaliação de Ativos		453.872,92	60.008.445,27
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.328.424,61	3.908.264,92
Ganhos com Desincorporação de Passivos		11.790.197,73	66.476.619,58
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		636.935,36	8.708.479,31
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		636.935,36	8.708.479,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15	1.082.805.309,50	1.336.897.663,95
Pessoal e Encargos		564.043.695,30	587.679.655,77
Remuneração a Pessoal		441.268.693,23	467.714.710,82
Encargos Patronais		102.559.308,62	87.886.124,33
Benefícios a Pessoal		20.087.415,55	31.956.793,43
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		128.277,90	122.027,19
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		253.416.660,66	233.268.961,91
Aposentadorias e Reformas		200.768.267,67	193.577.660,98
Pensões		41.337.740,61	39.401.588,04
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		11.310.652,38	289.712,89
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		109.472.904,15	166.848.606,91
Uso de Material de Consumo		2.896.718,86	5.730.708,57
Serviços		95.317.035,33	148.502.879,65
Depreciação, Amortização e Exaustão		11.259.149,96	12.615.018,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		154.540,17	99.628,23
Juros e Encargos de Mora		154.505,17	99.372,48
Descontos Financeiros Concedidos		35,00	255,75
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		98.481.891,22	111.723.676,14
Transferências Intragovernamentais		54.843.553,29	50.519.737,06
Transferências Intergovernamentais		43.526.085,09	60.453.132,37
Transferências a Instituições Privadas		32.085,43	-
Transferências ao Exterior		13.429,99	30.332,62
Outras Transferências e Delegações Concedidas		66.737,42	720.474,09
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		18.535.972,56	194.702.249,85
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		153.961,13	392.166,68
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		99,84	54.319,67
Incorporação de Passivos		17.823.419,17	132.884.944,64
Desincorporação de Ativos		558.492,42	61.370.818,86
Tributárias		1.167.838,01	891.413,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		58.550,12	68.047,08
Contribuições		1.109.287,89	823.365,94
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		1.404,14	28.119,93
Custo das Mercadorias Vendidas		1.404,14	28.119,93
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		37.530.403,29	41.655.352,19
Premiações		39.000,00	147.824,00
Incentivos		37.261.354,88	40.951.829,05
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		230.048,41	555.699,14
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	16	36.230.334,52	(97.620.547,98)



6. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	17	156.742.636,00	156.742.636,00	88.690.639,64	(68.051.996,36)
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		4.777.723,00	4.777.723,00	1.872.705,79	(2.905.017,21)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		940.469,00	940.469,00	270.669,56	(669.799,44)
Valores Mobiliários		3.837.254,00	3.837.254,00	1.602.036,23	(2.235.217,77)
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		151.693.653,00	151.693.653,00	80.790.698,78	(70.902.954,22)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		151.629.432,00	151.629.432,00	80.774.605,28	(70.854.826,72)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		64.221,00	64.221,00	16.093,50	(48.127,50)
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		271.260,00	271.260,00	6.027.235,07	5.755.975,07
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		4.218,00	4.218,00	16.155,28	11.937,28
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	43.710,39	43.710,39
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		267.042,00	267.042,00	5.967.369,40	5.700.327,40
RECEITAS DE CAPITAL		94.487.264,00	94.487.264,00	-	(94.487.264,00)
Operações de Crédito		94.487.264,00	94.487.264,00	-	(94.487.264,00)
Operações de Crédito Internas		94.487.264,00	94.487.264,00	-	(94.487.264,00)
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		251.229.900,00	251.229.900,00	88.690.639,64	(162.539.260,36)
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		251.229.900,00	251.229.900,00	88.690.639,64	(162.539.260,36)
DEFICIT	19	-	-	941.580.940,96	941.580.940,96
TOTAL		251.229.900,00	251.229.900,00	1.030.271.580,60	779.041.680,60
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO		-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECAÇÃO		-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	18	1.032.733.658,00	1.075.921.565,00	1.016.397.091,42	951.911.481,33	902.140.262,86	59.524.473,58
Pessoal e Encargos Sociais		750.884.720,00	798.464.831,00	786.134.251,48	786.134.251,48	740.023.716,27	12.330.579,52
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		281.848.938,00	277.456.734,00	230.262.839,94	165.777.229,85	162.116.546,59	47.193.894,06
DESPESAS DE CAPITAL	18	13.763.660,00	13.793.111,00	13.874.489,18	3.569.327,91	2.621.697,91	(81.378,18)
Investimentos		13.763.660,00	13.793.111,00	13.874.489,18	3.569.327,91	2.621.697,91	(81.378,18)
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		1.046.497.318,00	1.089.714.676,00	1.030.271.580,60	955.480.809,24	904.761.960,77	59.443.095,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		1.046.497.318,00	1.089.714.676,00	1.030.271.580,60	955.480.809,24	904.761.960,77	59.443.095,40
TOTAL		1.046.497.318,00	1.089.714.676,00	1.030.271.580,60	955.480.809,24	904.761.960,77	59.443.095,40

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20	16.850.897,81	53.305.954,03	47.391.602,61	47.299.976,47	18.091.346,86	4.765.528,51
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		16.850.897,81	53.305.954,03	47.391.602,61	47.299.976,47	18.091.346,86	4.765.528,51
DESPESAS DE CAPITAL	20	10.089.398,51	14.959.946,69	12.940.035,79	12.847.519,42	5.520.440,73	6.681.385,05
Investimentos		10.089.398,51	14.959.946,69	12.940.035,79	12.847.519,42	5.520.440,73	6.681.385,05
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		26.940.296,32	68.265.900,72	60.331.638,40	60.147.495,89	23.611.787,59	11.446.913,56

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	21	80.957,71	62.749.309,59	62.663.936,46	102.045,64	64.285,20
Pessoal e Encargos Sociais		-	58.602.851,26	58.557.935,71	44.915,55	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		80.957,71	4.146.458,33	4.106.000,75	57.130,09	64.285,20
DESPESAS DE CAPITAL	21	3.971.355,76	560.803,40	-	60.000,00	4.472.159,16
Investimentos		3.971.355,76	560.803,40	-	60.000,00	4.472.159,16
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		4.052.313,47	63.310.112,99	62.663.936,46	162.045,64	4.536.444,36

7. BALANÇO FINANCEIRO - BF

INGRESSOS		NE	2020	2019	DISPÊNDIOS		NE	2020	2019
Receitas Orçamentárias			88.690.639,64	123.489.721,85	Despesas Orçamentárias			1.030.271.580,60	1.039.533.448,85
Ordinárias			-	-	Ordinárias			278.934.069,57	749.028.087,89
Vinculadas			88.706.097,42	123.651.067,80	Vinculadas			751.337.511,03	290.505.360,96
Educação				1.017.697,97	Educação			17.038.202,58	3.987.127,83
Previdência Social (RPPS)			-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)			77.144.090,83	786.139,22
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			88.706.097,42	122.633.149,83	Previdência Social (RPPS)			150.094.472,61	144.865.698,69
Recursos a Classificar				220,00	Receitas Financeiras			-	4.047.551,99
(-) Deduções da Receita Orçamentária			(15.457,78)	(161.345,95)	Dívida Pública			102.798.533,57	-
					Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			404.262.211,44	136.818.843,23
Transferências Financeiras Recebidas			998.963.160,80	983.850.150,22	Transferências Financeiras Concedidas			54.842.884,55	50.519.737,06
Resultantes da Execução Orçamentária			945.722.579,48	903.573.984,83	Resultantes da Execução Orçamentária			47.003.876,12	48.495.148,92
Repasse Recebido			898.947.920,87	857.003.388,90	Repasse Concedido			174.207,74	244.552,99
Sub-repasse Recebido			46.774.658,61	46.570.595,93	Sub-repasse Concedido			46.774.658,61	46.570.595,93
Independentes da Execução Orçamentária			53.240.581,32	80.276.165,39	Repasse Devolvido			55.009,77	1.680.000,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			40.528.453,15	75.428.917,82	Independentes da Execução Orçamentária			7.839.008,43	2.024.588,14
Demais Transferências Recebidas			-	4.480,78	Transferências Concedidas para Pagamento de RP			7.441.378,30	124.147,97
Movimentação de Saldos Patrimoniais			12.712.128,17	4.842.766,79	Demais Transferências Concedidas			26.989,05	451.919,78
Aporte ao RPPS			-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais			370.641,08	1.448.520,39
Aporte ao RGPS			-	-	Aporte ao RPPS			-	-
					Aporte ao RGPS			-	-
Recebimentos Extraorçamentários			128.398.525,27	140.167.694,21	Pagamentos Extraorçamentários			131.021.269,78	190.462.341,70
Inscrição dos Restos a Pagar Processados			50.718.848,47	62.228.341,15	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	21		62.663.936,46	53.761.101,38
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados			74.790.771,36	68.265.900,72	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	20		60.147.495,89	107.481.031,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			2.488.819,50	9.399.171,12	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			3.418.442,55	7.680.553,15
Outros Recebimentos Extraorçamentários			400.085,94	274.281,22	Outros Pagamentos Extraorçamentários			4.791.394,88	21.539.655,92
Arrecadação de Outra Unidade			355.218,30	274.281,22	Valores Compensados			-	44.470,15
Valores para Compensação			44.867,64	-	Demais Pagamentos			4.791.394,88	21.495.185,77
Saldo do Exercício Anterior			87.712.227,23	120.720.188,56	Saldo para o Exercício Seguinte			87.628.818,01	87.712.227,23
Caixa e Equivalentes de Caixa	01		87.712.227,23	120.720.188,56	Caixa e Equivalentes de Caixa	01		87.628.818,01	87.712.227,23
TOTAL			1.303.764.552,94	1.368.227.754,84	TOTAL			1.303.764.552,94	1.368.227.754,84



8. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

	NE	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	22	15.355.810,03	(16.567.763,29)
INGRESSOS		1.090.542.705,88	1.117.013.324,41
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		270.669,56	1.212.536,61
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		80.790.698,78	110.274.193,06
Remuneração das Disponibilidades		1.602.036,23	3.960.160,77
Outras Receitas Derivadas e Originárias		6.027.235,07	8.042.831,41
Transferências Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		1.001.852.066,24	993.523.602,56
Ingressos Extraorçamentários		2.488.819,50	9.399.171,12
Transferências Financeiras Recebidas		998.963.160,80	983.850.150,22
Arrecadação de Outra Unidade		355.218,30	274.281,22
Valores para Compensação		44.867,64	-
DESEMBOLSOS		(1.075.186.895,85)	(1.133.581.087,70)
Pessoal e Demais Despesas		(870.694.395,90)	(905.294.029,83)
Previdência Social		(240.854.849,83)	(230.527.046,41)
Saúde		-	(11.594,70)
Educação		(629.759.216,07)	(674.734.791,81)
Cultura		(80.330,00)	(20.596,91)
Ciência e Tecnologia		-	-
Desporto e Lazer		-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		(141.439.777,97)	(148.547.111,74)
Intergovernamentais		-	(140.000,00)
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	(140.000,00)
Intragovernamentais		(101.186.436,15)	(88.079.011,03)
Outras Transferências Concedidas		(40.253.341,82)	(60.328.100,71)
Outros Desembolsos Operacionais		(63.052.721,98)	(79.739.946,13)
Dispêndios Extraorçamentários		(3.418.442,55)	(7.680.553,15)
Transferências Financeiras Concedidas		(54.842.884,55)	(50.519.737,06)
Valores Compensados		-	(44.470,15)
Demais Pagamentos		(4.791.394,88)	(21.495.185,77)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	22	(15.439.219,25)	(16.440.198,04)
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		(15.439.219,25)	(16.440.198,04)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(15.419.289,25)	(16.300.885,46)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		(19.930,00)	(139.312,58)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	22	-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22	(83.409,22)	(33.007.961,33)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	01	87.712.227,23	120.720.188,56
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	01	87.628.818,01	87.712.227,23

9. NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas visam fornecer informações adicionais ao esclarecimento das situações patrimonial, orçamentária e financeira, não indicadas nas próprias demonstrações contábeis. Desta forma, abaixo são apresentadas as notas explicativas ao 4º trimestre de 2020.

9.1 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única da União e Recursos Liberados pelo Tesouro, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Tal item está subdividido em Recursos da Conta Única da União, Recursos Liberados pelo Tesouro e Demais Recursos.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Conta Única - Recursos da Conta Única Aplicados	35.824.526,76	12.027.294,63	197,86
Recursos Liberados pelo Tesouro	51.416.669,32	75.402.946,96	(31,81)
Demais Recursos	387.621,93	281.985,64	37,46
Total	87.628.818,01	87.712.227,23	(0,10)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Destes recursos, R\$ 4.034.986,43 referem-se a recursos do Hospital Universitário e R\$ 83.593.831,58 a recursos da universidade findo o 4º trimestre de 2020.

Em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020, os Recursos da Conta Única obtiveram acréscimo de cerca de 197,86% ao fim do 4º trimestre de 2020, em decorrência da aplicação de recursos próprios recebidos de durante o ano de 2020, que foram empenhados, mas que ainda não foram liquidados e pagos. Já os Recursos Liberados pelo Tesouro referem-se principalmente ao financeiro liberado pela STN para o pagamento da folha de pessoal referente ao mês de dezembro de 2020, efetuado no 1º dia útil de 2021.

Os Demais Recursos referem-se às cauções recebidas de diversas empresas contratadas pela UFJF, como forma de garantia contratual, além de saldo em Poupança na Caixa Econômica Federal.

9.2 02 - Créditos a Curto Prazo

A partir de 01 de janeiro de 2020 os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo passaram a ser somados aos Créditos a Curto Prazo, passando a ser considerado um detalhamento desse agrupamento. Desta forma, os Créditos a Curto Prazo, compreendem os créditos provenientes de adiantamento de salários, de adiantamento a prestadores de serviços, de tributos a compensar / recuperar e outros créditos a receber.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	558.163,60	502.216,70	11,14
Adiantamento a Prestadores de Serviços	77.513,39	5.050,27	1.434,84
Tributos a Recuperar / Compensar	-	44.867,64	(100,00)
Depósitos / Cauções Efetuados	441.450,04	1.932.725,67	(77,16)
Outros Créditos a Receber	278.645,98	72.067,65	286,65
Total	1.355.773,01	2.556.927,93	(46,98)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Os Adiantamentos Concedidos a Pessoal referem-se à adiantamentos de salários pagos juntamente com as férias.

Os Adiantamentos a Prestadores de Serviços referem-se aos valores repassados para o desembaraço de diversos materiais e equipamentos importados pela UFJF e que serão baixados após as prestações de contas pela respectiva prestadora do serviço.

A rubrica de Depósitos e Cauções Efetuados, referem-se à cauções efetuadas pela UFJF como prestação de garantias a diversos contratos em que é a executante de serviços de avaliação da educação, por meio de seu Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAED. Parte do saldo registrado em 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para o Ativo Realizável a Longo Prazo, uma vez que tais créditos serão realizados após mais de um exercício contábil.

Já os Outros Créditos a Receber, referem-se à descentralização de recursos orçamentários e financeiros pela UFJF decorrentes de Termos de Execução Descentralizados (TEDs). A variação de 286,65% entre o período atual e o término de 2019, referem-se aos repasses financeiros efetuados pela UFJF, referentes a diversos TEDs que ainda não tiveram suas prestações de contas recebidas e/ou analisadas.



9.3 03 - Estoques

Os estoques da UFJF, ao término do 4º trimestre de 2020, totalizaram R\$ 5.358.557,79, representando acréscimo de 5,62% em relação ao período encerrado de 2019, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Estoques	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Estoques para Revenda	595.882,80	604.848,15	(1,48)
Materiais de Consumo em Almoxarifado	4.717.393,61	4.333.619,86	8,86
Importações de Estoque em Andamento	45.281,38	134.890,55	(66,43)
Total	5.358.557,79	5.073.358,56	5,62

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Os Estoques para Revenda referem-se aos livros, revistas e periódicos a serem comercializados pela Editora UFJF, enquanto os Materiais de Consumo em Almoxarifado representam os itens mantidos para utilização interna, como materiais de expediente, materiais químicos, materiais elétricos, dentre outros. Já as Importações de Estoque em Andamento dizem respeito a materiais em processo de importação, mas que ainda não foram recebidos pela universidade. Em função da pandemia da COVID-19 o recebimento dos materiais e equipamentos importados pode demorar mais do que o normal, fazendo com que os saldos permaneçam inalterados na contabilidade.

Conforme ressalva também apontada nas notas explicativas de 2019, os estoques da UFJF, não foram fruto de inventário durante o exercício de 2020, podendo desta forma, não representar fidedignamente a realidade.

9.4 04 - Ativo Realizável a Longo Prazo

O Ativo Realizável a Longo Prazo engloba os créditos de dívida ativa não tributária e seu respectivo ajuste para perdas, além dos depósitos / cauções efetuados pela UFJF, conforme tabela abaixo:

Ativo Realizável a Longo Prazo	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Dívida Ativa Não Tributária	546.127,81	392.166,68	39,26
(-) Ajuste para perdas - Dívida Ativa	(546.127,81)	(392.166,68)	39,26
Depósitos / Cauções Efetuados - Longo Prazo	8.325.685,71	9.027.673,36	(7,78)
Total	8.325.685,71	9.027.673,36	(7,78)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Os créditos da Dívida Ativa Não Tributária referem-se principalmente à multas por penalidades impostas a empresas contratadas que deixaram de adimplir o respectivo contrato e que passaram a ser reconhecidos pela UFJF durante o exercício de 2019. Entretanto, por não possuir base histórica para constituição do ajuste para perdas e por representarem bastante incerteza quanto ao recebimento, optou-se por efetuar o ajuste para perdas no percentual de 100% dos créditos inscritos.

Já os Depósitos e Cauções Efetuados – Longo Prazo referem-se às cauções prestadas pela UFJF, em virtude de garantias contratuais na execução de serviços de avaliação da educação prestados pelo CAEd/UFJF, à diversos estados, municípios e órgãos da administração pública federal e que serão devolvidos/liberados após o término do próximo exercício contábil.

9.5 05 - Bens Móveis

No encerramento do 4º trimestre de 2020 a UFJF apresentou saldo de R\$ 136.988.160,67, já descontada a depreciação acumulada, referentes a Bens Móveis, distribuídos conforme composição da tabela a seguir:

Composição Bens Móveis	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	98.657.754,39	96.383.017,99	2,36
Bens de Informática	46.833.389,46	44.977.461,06	4,13
Móveis e Utensílios	25.122.631,34	24.060.725,40	4,41
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	37.728.623,44	34.666.992,14	8,83
Veículos	15.099.600,28	15.048.816,81	0,34
Bens Móveis em Andamento	-	681.002,33	(100,00)
Bens Móveis em Almoarifado	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	2.756,00	2.756,00	-
Demais Bens Móveis	1.126.714,91	3.356.735,51	(66,43)
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(87.583.309,15)	(76.798.697,05)	14,04
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Total	136.988.160,67	142.378.810,19	(3,79)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Do montante de R\$ 136,9 milhões, cerca de R\$ 28,2 milhões referem-se à unidade organizacional do Hospital Universitário, enquanto cerca de R\$ 108,7 milhões referem-se à UFJF. A tabela a seguir demonstra a composição dos Bens Móveis do hospital e da universidade:



Composição Bens Móveis - Hospital Universitário	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	29.535.258,98	29.535.258,98	-
Bens de Informática	3.745.994,27	3.745.994,27	-
Móveis e Utensílios	1.718.475,27	1.718.475,27	-
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	200.732,53	200.732,53	-
Veículos	390.641,40	390.641,40	-
Bens Móveis em Andamento	-	-	-
Demais Bens Móveis	1.491,69	910.491,69	(99,84)
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(7.353.680,60)	(6.463.442,90)	13,77
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Subtotal	28.238.913,54	30.038.151,24	(5,99)
Composição Bens Móveis - Universidade	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	69.122.495,41	66.847.759,01	3,40
Bens de Informática	43.087.395,19	41.231.466,79	4,50
Móveis e Utensílios	23.404.156,07	22.342.250,13	4,75
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	37.527.890,91	34.466.259,61	8,88
Veículos	14.708.958,88	14.658.175,41	0,35
Bens Móveis em Andamento	-	681.002,33	(100,00)
Bens Móveis em Almoxarifado	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	2.756,00	2.756,00	-
Demais Bens Móveis	1.125.223,22	2.446.243,82	(54,00)
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(80.229.628,55)	(70.335.254,15)	14,07
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Subtotal	108.749.247,13	112.340.658,95	(3,20)
Total	136.988.160,67	142.378.810,19	(3,79)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

O controle dos bens móveis da entidade é efetuado no sistema interno de gestão patrimonial, denominado SIGA. Todas as movimentações de bens móveis referentes às unidades organizacionais da UFJF são efetuadas por meio deste sistema e posteriormente registradas no SIAFI. Entretanto, os saldos dos bens móveis da entidade podem não representar de maneira fidedigna a real situação patrimonial, uma vez que não houve a realização de inventário e nem a reavaliação dos bens existentes, durante os últimos exercícios financeiros.

9.6 06 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFJF, ao término de 2020, totalizaram cerca de R\$ 737,6 milhões e estavam distribuídos de acordo com suas destinações, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Composição Bens Imóveis	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Bens de Uso Especial	543.016.220,74	526.772.384,66	3,08
Bens Imóveis em Andamento	133.087.988,12	123.462.181,15	7,80
Instalações	77.772.180,72	77.772.180,72	-
Demais Bens Imóveis	-	-	-
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(16.264.762,47)	(15.852.167,24)	2,60
Total	737.611.627,11	712.154.579,29	3,57

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

A variação na rubrica de Bens de Uso Especial refere-se à incorporação de galpão cedido pela Secretaria do Patrimônio da União à universidade e também a obras de melhorias concluídas no HU/CAS. Já o acréscimo da rubrica de Bens Imóveis em Andamento refere-se a obras em realização no campus de Juiz de Fora.

9.7 07 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ao término de 2020, os bens intangíveis da UFJF apresentaram saldo de R\$ 6.508.739,34, sendo R\$ 1.207.655,44 referentes à softwares com vida útil definida e R\$ 5.301.083,90 referentes à softwares sem vida útil definida, conforme tabela abaixo:

Intangível	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Softwares Com Vida Útil Definida	1.207.655,44	944.186,03	27,90
(-) Amortização Acumulada	-	-	-
Softwares Com Vida Útil Indefinida	5.301.083,90	5.288.960,70	0,23
Importação de Softwares em Andamento	-	-	-
Total	6.508.739,34	6.233.146,73	4,42

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Conforme abordado anteriormente, a UFJF não vem realizando o cálculo da amortização dos bens intangíveis com vida útil definida por limitações do atual sistema de gestão patrimonial, entretanto, há a expectativa de que com a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, tal situação seja sanada.

9.8 08 - Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, referem-se aos salários, benefícios e encargos da folha de pagamento do mês de dezembro de 2020, paga no 1º dia útil de janeiro de 2021 conforme tabela abaixo:

Nota 08

Obrig. Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar	44.462.895,19	48.482.440,47	(8,29)
13º Salário a Pagar	-	-	-
Férias a Pagar	850.129,96	6.710.331,95	(87,33)
Precatórios de Pessoal	1.449.629,56	1.177.115,88	23,15
Benefícios Previdenciários a Pagar	55.386,79	1.318,50	4.100,74
Encargos Sociais a Pagar	242.496,61	309.749,19	(21,71)
Total	47.060.538,11	56.680.955,99	(16,97)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Do montante a pagar de R\$ 47.060.538,11 ao término do exercício de 2020, R\$ 3.786.175,02 referem-se ao Hospital Universitário, enquanto R\$ 43.274.363,09 referem-se à universidade.

9.9 09 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Ao fim do exercício de 2020, a UFJF apresentou saldo a pagar a fornecedores no montante de R\$5.736.853,43, representando acréscimo de cerca de 30%, em relação a 31 de dezembro de 2019. Deste total, R\$ 1.730.719,13 referem-se à universidade, enquanto R\$ 4.006.134,30 referem-se ao Hospital Universitário.

Do total devido a fornecedores, cerca de 64% correspondem a débitos do contrato 161/2012 firmado entre o Hospital Universitário e a Tratenge Engenharia Ltda, para a construção do novo hospital universitário. Por diversos problemas em sua execução, tal contrato encontra-se suspenso e judicializado, bem como os pagamentos à empresa que também foram suspensos.



Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Hospital Universitário		
Tratenge Engenharia Ltda	3.660.306,70	3.427.193,34
Kavo do Brasil Indústria e Comércio Ltda	308.000,00	-
Demais Fornecedores	37.827,60	70.543,43
Universidade Federal de Jora		
Torino Informática Ltda	892.193,64	-
Alliage S/A Ind. Médica Odontológica	226.713,20	226.713,20
Demais Fornecedores	611.812,29	669.404,29
Total	5.736.853,43	4.393.854,26

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

9.10 10 - Demais Obrigações a Curto Prazo

As Demais Obrigações a Curto Prazo envolvem as rubricas de Adiantamentos de Clientes, de Valores Restituíveis (consignações, pensões alimentícias, tributos a recolher, dentre outros), Outras Obrigações a Curto Prazo (Indenizações, Restituições e Compensações, Precatórios de Terceiros, Incentivos a Educação, Cultura e Outros, Valores em Trânsito Exigíveis) e Transferências Financeiras a Comprovar – TED, conforme tabela a seguir:

Demais Obrigações a Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Adiantamentos de Clientes	-	5.871.715,42	(100,00)
Valores Restituíveis	6.070.372,14	16.243.957,14	(62,63)
Outras Obrigações A Curto Prazo-Co	183.902,53	35.891,36	412,39
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	74.725.527,82	67.393.040,77	10,88
Total	80.979.802,49	89.544.604,69	(9,56)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Ao final do 4º trimestre de 2020 foi realizada a regularização da conta de Clientes em andamento, que por este motivo foi encerrada com saldo zerado. Já os Valores Restituíveis referem-se principalmente à consignações diversas a recolher, da folha de pessoal de dezembro de 2020. As Transferências Financeiras a Comprovar, referem-se a TEDs recebidos pela UFJF, mas que ainda estão pendentes de prestação de contas e/ou aprovação pelos órgãos de origem dos recursos.



9.11 11 - Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

O saldo da rubrica de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo, no valor de R\$ 134.192,51, referem-se a precatórios de Pessoal atuados entre Maio e Dezembro de 2020 com previsão para pagamento em 2022.

9.12 12 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores ocorrem pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Ao término do exercício de 2020, a universidade apresentou saldo credor de R\$ 44.814,03, referente à baixa de Restos a Pagar Processados (passivo circulante) liquidados a maior na folha de pagamento de dezembro de 2019, enquanto o Hospital Universitário apresentou saldo devedor de R\$ 901.144,47 principalmente em função da implantação da nova rotina de cessão de bens, que baixou os saldos alongados das contas de bens cedidos (ativo não circulante). Desta forma, o valor líquido dos Ajustes de Exercícios Anteriores ao término do exercício de 2020 foi devedor em R\$ 856.330,44.

9.13 13 - Atos Potenciais Ativos e Passivos

Os Atos Potenciais Ativos são compostos pelas garantias recebidas (Cauções, Fianças e Seguros-Garantia), pelos Convênios e TEDs a Receber e pelos Contratos de Serviços e de Aluguéis a Executar, conforme tabela abaixo:

Saldos dos Atos Potenciais Ativos	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Garantias Recebidas	5.976.335,68	5.001.153,51	19,50
Convênios e Instrumentos Congeneres a Receber	21.190,60	156.468,31	(86,46)
Termos de Execução Descentralizadas a Receber	75.526.980,59	68.195.125,67	10,75
Contratos de Serviços a Executar	821.001,45	19.942.076,16	(95,88)
Contratos de Aluguéis a Executar	318.213,00	101.978,85	212,04
Total	82.663.721,32	93.396.802,50	(11,49)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Dentre tais atos potenciais ativos, o agrupamento de Termos de Execução Descentralizadas a Receber representaram aproximadamente 91% do total, enquanto os

Contratos de Serviços e Aluguéis a Executar 1,4% e as Garantias Recebidas 7%, ao término do 4º trimestre de 2020.

Em relação a 31 de dezembro de 2019, o período atual apresenta redução de cerca de 11% nos saldos das rubricas dos Atos Potenciais Ativos. A maior parte desta redução refere-se ao término de contratos de execução de serviços entre o CAEd/UFJF e o INEP. Já o acréscimo da conta de Contratos de Aluguéis a Executar refere-se ao contrato de aluguel de espaço público celebrado entre a UFJF e o Banco Santander pelo prazo de 60 meses, que compreende 16/03/2020 a 15/03/2025.

Os Atos Potenciais Passivos englobam os Convênios a Liberar, os Termos de Execução Descentralizadas a Repassar e os Contratos de Seguros, Serviços, Aluguéis e Fornecimento de Bens a Executar, conforme tabela a seguir:

Saldos dos Atos Potenciais Passivos	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Convênios e Instrumentos Congeneres a Liberar	27.462.898,38	52.423.462,33	(47,61)
Termos de Execução Descentralizadas a Repassar	440.962,73	627.792,88	(29,76)
Contratos de Seguros a Executar	187.293,12	7.008,84	2.572,24
Contratos de Serviços a Executar	175.330.778,13	287.028.036,97	(38,92)
Contratos de Aluguéis a Executar	10.195.758,25	6.695.839,43	52,27
Contratos de Fornecimento de Bens a Executar	1.078.726,77	917.401,09	17,59
Total	214.696.417,38	347.699.541,54	(38,25)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Alguns dos saldos dos Atos Potenciais Passivos sofreram redução durante o exercício de 2020, em função da pandemia da COVID-19, que fez com que algumas atividades da universidade fossem suspensas e outras reduzidas. Apesar da redução, os Contratos de Serviços a Executar e os Convênios a Liberar, permaneceram como os itens com maior participação dentre os Saldos do Atos Potenciais Passivos, com 81% e 13%, respectivamente.

9.14 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas na UFJF durante o exercício de 2020 totalizaram R\$1.119.035.644,02, sendo R\$ 1.055.275.900,36 referentes à universidade e R\$ 63.759.743,66 referentes ao Hospital Universitário.

Em relação ao mesmo período de 2019, as Variações Patrimoniais tiveram decréscimo em quase todas as rubricas, em função da pandemia da Covid-19 com exceção das Transferências e Delegações Recebidas, que teve aumento de cerca de 3,20%.

Variações Patrimoniais Aumentativas	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	86.929.938,38	111.475.931,98	(22,02)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.665.311,86	4.012.294,59	(58,49)
Transferências e Delegações Recebidas	1.016.230.963,16	984.687.080,32	3,20
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Pas:	13.572.495,26	130.393.329,77	(89,59)
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	636.935,36	8.708.479,31	(92,69)
Total	1.119.035.644,02	1.239.277.115,97	(9,70)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Quanto a representatividade, a rubrica de Transferências e Delegações Recebidas representou aproximadamente 91% do total das VPAs ao fim do 4º trimestre de 2020, sendo compostas por repasses, sub-repasses e transferências recebidas.

As Receitas com a Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, representaram, ao fechamento do exercício de 2020, a maior parcela das receitas próprias auferidas pela UFJF, assim como nos exercícios anteriores. Tais receitas decorreram majoritariamente dos recebimentos referentes aos serviços de avaliação da educação básica, prestados pelo CAEd/UFJF, a diversos órgãos, municípios e estados brasileiros.

9.15 15 - Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas na UFJF totalizaram até 30 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 1.082.805.309,50, sendo R\$ 1.009.460.384,25 referentes à universidade e R\$ 73.344.925,25 referentes ao Hospital Universitário.

No geral, as Variações Patrimoniais Diminutivas sofreram redução de 19,01% ao término do 4º trimestre de 2020, em relação ao mesmo período de 2019.

Variações Patrimoniais Diminutivas	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Pessoal e Encargos	564.043.695,30	587.679.655,77	(4,02)
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	253.416.660,66	233.268.961,91	8,64
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	109.472.904,15	166.848.606,91	(34,39)
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	154.540,17	99.628,23	55,12
Transferências e Delegações Concedidas	98.481.891,22	111.723.676,14	(11,85)
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passiv	18.535.972,56	194.702.249,85	(90,48)
Tributárias	1.167.838,01	891.413,02	31,01
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Presta	1.404,14	28.119,93	(95,01)
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	37.530.403,29	41.655.352,19	(9,90)
Total	1.082.805.309,50	1.336.897.663,95	(19,01)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

A rubrica de Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras apresentou grande variação entre os 2 períodos em função do reconhecimento/pagamento, em 2020, de encargos moratórios referentes a atrasos nos pagamentos de diversas notas fiscais do contrato 003/2014 da universidade.

Na tabela a seguir são demonstrados os componentes das VPDs de Pessoal e Encargos e de Benefícios Previdenciários e Assistenciais, bem como a comparação entre o 4º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2019. Importante frisar que a partir de 2020, a rubrica de Assistência à Saúde que antes compunha os Benefícios a Pessoal passou a ser utilizada de maneira segregada, impactando desta forma, a análise comparativa entre os dois períodos.

Pessoal e Encargos	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Remuneração a Pessoal	441.268.693,23	467.714.710,82	(5,65)
Encargos Patronais	102.559.308,62	87.886.124,33	16,70
Benefícios a Pessoal	20.087.415,55	31.956.793,43	(37,14)
Pessoal e Encargos - Pessoal Requisitado	128.277,90	122.027,19	5,12
Subtotal	564.043.695,30	587.679.655,77	(4,02)
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Aposentadorias e Reformas	200.768.267,67	193.577.660,98	3,71
Pensões	41.337.740,61	39.401.588,04	4,91
Auxílio Funeral	226.753,14	234.468,85	(3,29)
Auxílio Natalidade	55.377,00	55.244,04	0,24
Assistência à Saúde	11.028.522,24	-	100,00
Subtotal	253.416.660,66	233.268.961,91	8,64
Total	817.460.355,96	820.948.617,68	(0,42)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

9.16 16 - Resultado Patrimonial do Exercício

O Resultado Patrimonial do Exercício ao fim do exercício de 2020 foi superavitário em R\$ 36.230.334,52, impactado principalmente pela redução das despesas com Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos e Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.

9.17 17 - Receitas Correntes

Durante o exercício de 2020, a previsão inicial de Receita da UFJF não sofreu alterações, em relação ao consignado na LOA. Desta forma, foram previstos R\$ 156 milhões referentes a Receitas Correntes, e R\$ 94 milhões para Receitas de Capital.

Categoria Econômica	Previsão / Fixação	Previsão / Fixação Atualizada	Realização / Execução	Real. / Exec. (%)
(+) Receitas Correntes	156.742.636,00	156.742.636,00	88.690.639,64	56,58
(+) Receitas de Capital	94.487.264,00	94.487.264,00	-	-
Total das Receitas	251.229.900,00	251.229.900,00	88.690.639,64	35,30

Fonte: SIAFI 2020

Ao término de 2020, as Receitas Correntes atingiram apenas cerca de 57% do total previsto, totalizando R\$ 88.690.639,64, principalmente em virtude da pandemia da COVID-19. As Receitas de Serviços, assim como nos anos anteriores, continuaram sendo a principal fonte de receitas próprias da UFJF, provenientes em sua maior parte dos serviços de avaliação da educação, conforme abordado na nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas. Já para as Receitas de Capital não houve realização do montante previsto.

9.18 18 - Despesas Correntes e de Capital

As Despesas Orçamentárias da UFJF em 2020 foram fixadas em R\$ 1.046.497.318,00, e atualizadas para R\$1.089.714.676,00 até o encerramento do 4º trimestre de 2020. Deste total, cerca de 94% foi empenhado, totalizando R\$ 1.030.271.580,60, conforme tabela a seguir:

Categoria Econômica	Previsão / Fixação	Previsão / Fixação Atualizada	Realização / Execução	Real. / Exec. (%)	AV Realizado (%)
(-) Despesas Correntes	1.032.733.658,00	1.075.921.565,00	1.016.397.091,42	94,47	98,65
(-) Despesas de Capital	13.763.660,00	13.793.111,00	13.874.489,18	100,59	1,35
Total das Despesas	1.046.497.318,00	1.089.714.676,00	1.030.271.580,60	94,55	100,00

Fonte: SIAFI 2020

Do total empenhado, cerca de 98,65% referem-se a Despesas Correntes e apenas 1,35% a Despesas de Capital.

9.19 19 - Resultado Orçamentário (Déficit)

O Resultado Orçamentário é representado pelo confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. Desta forma, conforme demonstrado na tabela abaixo, ao término do 4º trimestre de 2020, a UFJF apresentou déficit orçamentário de R\$ 941.580.940,96.

Categoria Econômica	Previsão / Fixação	Previsão / Fixação Atualizada	Realização / Execução	Real. / Exec. (%)
(+) Receitas Correntes	156.742.636,00	156.742.636,00	88.690.639,64	56,58
(+) Receitas de Capital	94.487.264,00	94.487.264,00	-	-
Total das Receitas	251.229.900,00	251.229.900,00	88.690.639,64	35,30

Fonte: SIAFI 2020

Categoria Econômica	Previsão / Fixação	Previsão / Fixação Atualizada	Realização / Execução	Real. / Exec. (%)
(-) Despesas Correntes	1.032.733.658,00	1.075.921.565,00	1.016.397.091,42	94,47
(-) Despesas de Capital	13.763.660,00	13.793.111,00	13.874.489,18	100,59
Total das Despesas	1.046.497.318,00	1.089.714.676,00	1.030.271.580,60	94,55

Fonte: SIAFI 2020

Superávit / (Déficit)	(795.267.418,00)	(838.484.776,00)	(941.580.940,96)	
------------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------	--

Fonte: SIAFI 2020

Isto ocorre, pois na metodologia de elaboração do Balanço Orçamentário definida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, apenas as receitas próprias arrecadadas pela universidade são computadas no cálculo, excluindo assim os valores recebidos do MEC ou de outros órgãos, que são classificados como Transferências e Delegações Recebidas.

9.20 20 - Restos a Pagar Não Processados - RPNP

Após a publicação do Decreto 9.428 de junho de 2018, que modificou a regulamentação dos Restos a Pagar da União, com o intuito de controlar o crescimento dos saldos de Restos a Pagar, as despesas empenhadas e não liquidadas relativas ao Ministério da Educação, financiadas com recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino, deixaram de ter tratamento diferenciado e passaram a seguir a regra geral de cancelamento de RPNP, que dispõe que após 1 ano e meio após a inscrição os mesmos serão bloqueados e cancelados ao término do exercício.

Desta forma, no encerramento do exercício de 2019, foram reinscritos R\$ 26 milhões em empenhos de anos anteriores a 2019 e inscritos 68 milhões referentes a 2019, conforme abaixo:

Elemento de Despesa	RPNP Reinscritos	RPNP Inscritos	Total
Auxílio Financeiro a Estudantes	855.130,60	8.891.980,81	9.747.111,41
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	-	27.531,89	27.531,89
Contribuições	500,00	4.245,10	4.745,10
Equipamentos e Material Permanente	2.121.829,35	6.348.343,96	8.470.173,31
Indenizações e Restituições	11.480,95	297.008,18	308.489,13
Locação de Mão-de-Obra	1.765.536,04	18.061.524,11	19.827.060,15
Material de Consumo	1.094.976,68	3.632.719,89	4.727.696,57
Material, Bem ou Serviço para Dist.Gratuita	-	177.370,23	177.370,23
Obras e Instalações	7.967.569,16	8.591.672,73	16.559.241,89
Obrigações Tributárias E Contributivas	1.072.383,56	1.360.981,61	2.433.365,17
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	5.500,00	430.100,00	435.600,00
Outros Serviços de Terceiros - P.Física	5.551.128,11	8.839.396,87	14.390.524,98
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	5.929.358,33	10.466.548,06	16.395.906,39
Passagens e Despesas com Locomoção	507.964,39	467.292,04	975.256,43
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas	376,00	10.000,00	10.376,00
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	56.563,15	659.185,24	715.748,39
Total	26.940.296,32	68.265.900,72	95.206.197,04

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Na tabela acima estão demonstrados os RPNP inscritos e reinscritos ao final do exercício de 2019, por elemento de despesa, sendo as despesas com Locação de Mão-de-Obra, Obras e Instalações, e Serviços de Terceiros os mais representativos.

Durante o exercício de 2020, foram pagos cerca de R\$ 60,1 milhões e cancelados mais de R\$ 23,6 milhões em Restos a Pagar Não Processados. Há, ainda, aproximadamente R\$ 11,2 milhões a liquidar e 0,2 milhões a pagar, conforme tabela abaixo:

Elemento de Despesa	Total Inscrito / Reinscrito	RPNP Pagos	RPNP Cancelados	RPNP a Liquidar	RPNP Liquidados a Pagar
Auxilio financeiro a estudantes	9.747.111,41	8.891.142,30	26.325,34	820.343,77	9.300,00
Auxilio financeiro a pesquisadores	27.531,89	26.481,59	0,30	1.050,00	-
Contribuições	4.745,10	4.245,10	500,00	-	-
Equipamentos e material permanente	8.470.173,31	4.722.136,83	1.433.194,99	2.307.421,52	7.419,97
Indenizações e restituições	308.489,13	15.885,51	38.172,11	254.431,51	-
Locação de mao-de-obra	19.827.060,15	16.605.464,11	3.134.630,03	6.789,67	80.176,34
Material de consumo	4.727.696,57	3.173.075,97	245.996,61	1.306.474,19	2.149,80
Material, bem ou serviço p/ distrib. Gratuita	177.370,23	45.392,14	-	131.978,09	-
Obras e instalações	16.559.241,89	8.105.452,59	4.087.245,74	4.281.447,16	85.096,40
Obrigações tributárias e contributivas	2.433.365,17	1.369.524,28	1.043.235,31	20.605,58	-
Outros auxílios financeiros a pessoa física	435.600,00	425.700,00	9.900,00	-	-
Outros serviços de terceiros - pessoa física	14.390.524,98	5.878.900,23	8.409.324,76	102.299,99	-
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	16.395.906,39	10.034.162,14	4.815.489,75	1.546.254,50	-
Passagens e despesas com locomoção	975.256,43	141.406,40	366.696,85	467.153,18	-
Premiações cult., art., cient., desp. e outr.	10.376,00	10.000,00	376,00	-	-
Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	715.748,39	698.526,70	699,80	16.521,89	-
Total	95.206.197,04	60.147.495,89	23.611.787,59	11.262.771,05	184.142,51

Fonte: SIAFI 2020 e 2019



9.21 21 - Restos a Pagar Processados

Os Restos a Pagar Processados da UFJF, inscritos para o exercício de 2020, totalizaram R\$ 67.362.426,46, sendo R\$ 4.052.313,47 referentes à reinscrições de exercícios anteriores e R\$ 63.310.112,99 referentes a inscrições do exercício de 2019.

Elemento de Despesa	RPP Inscritos	RPP Reinscritos	RPP Cancelados	RPP Pagos	RPP a Pagar
Aposentadorias RPPS	12.575.398,17	-	-	12.575.398,17	-
Auxílio financeiro a estudantes	39.965,16	-	-	39.965,16	-
Auxílio financeiro a pesquisadores	1.400,00	-	-	1.400,00	-
Auxílio-alimentação	1.376.152,65	-	-	1.376.152,65	-
Auxílio-transporte	58.631,42	-	-	58.631,42	-
Contratação por tempo determinado	1.303.002,85	-	36.830,67	1.266.172,18	-
Contribuições a entidades fechadas de previdência	220.709,51	-	-	220.709,51	-
Despesas de exercícios anteriores	39.017,55	-	-	39.017,55	-
Equipamentos e material permanente	560.803,40	73.999,98	60.000,00	-	574.803,38
Indenizações e restituições	910.805,96	-	-	910.805,96	-
Locação de mão-de-obra	41.655,97	34.765,99	34.765,99	1.198,39	40.457,58
Material de consumo	18.038,68	7.817,23	7.817,23	18.038,68	-
Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	22.866,00	-	-	22.866,00	-
Obras e instalações	-	3.897.355,78	-	-	3.897.355,78
Obrigações patronais	47,91	-	47,91	-	-
Obrigações tributárias e contributivas - intra-orçamentárias	88.991,77	-	-	88.991,77	-
Outras despesas variáveis - pessoal civil	41.060,24	-	-	41.060,24	-
Outros auxílios financeiros a pessoa física	771.396,08	-	-	771.396,08	-
Outros benefícios assistenciais do servidor	173.679,45	-	-	173.679,45	-
Outros serviços de terceiros - pessoa física	455.362,82	-	-	455.362,82	-
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	64.722,56	38.374,49	14.546,87	64.722,56	23.827,62
Pensões do RPPS	2.686.026,14	-	-	2.686.026,14	-
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	10.516,82	-	-	10.516,82	-
Sentenças judiciais	263.758,28	-	-	263.758,28	-
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	41.586.103,60	-	8.036,97	41.578.066,63	-
Total	63.310.112,99	4.052.313,47	162.045,64	62.663.936,46	4.536.444,36

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Durante o exercício de 2020 foram pagos mais de R\$ 62,6 milhões em Restos a Pagar Processados, sendo que deste total, cerca de 93% referiam-se aos salários, benefícios, aposentadorias, pensões e encargos da folha de pagamento do mês de dezembro de 2019, pagos no 1º dia útil de 2020. Foram cancelados também, cerca de R\$ 162 mil, restando saldo de R\$ 4,5 milhões de RPP a pagar, que se referem principalmente aos valores bloqueados para pagamento da fornecedora Tratenge, conforme abordado no item 9.

9.22 22 – Resultado Financeiro – Consumo de Caixa e Equivalentes de Caixa

O Resultado Financeiro é encontrado por meio do confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o período e alteraram as disponibilidades da UFJF. Tal resultado pode ser obtido tanto pelo Balanço Financeiro, quanto pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, em virtude do princípio de caixa único. Desta



forma o Resultado Financeiro da UFJF após o término do exercício de 2020 foi deficitário em R\$ 83.409,22, conforme tabela a seguir:

Resultado Financeiro	31/12/2020	31/12/2019	AH%
(+) Saldo para o Exerc. Seguinte: Caixa e Equiv. de Caixa	87.628.818,01	87.712.227,23	(0,10)
(-) Saldo do Exerc. Anter.: Caixa e Equiv. de Caixa	87.712.227,23	120.720.188,56	(27,34)
Geração (Consumo) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83.409,22)	(33.007.961,33)	(99,75)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Durante 2020, houve consumo de Caixa e seus Equivalentes no montante de R\$ 83.409,22 influenciado pelo Fluxo de Caixa das Atividades das Operações (que agrupam os ingressos das receitas de serviços, bem como dos desembolsos com pessoal e encargos sociais) e de Investimentos (que englobam as aquisições de ativos imobilizados e intangíveis). No Fluxo de Caixa das Atividades das Operações houveram ingressos no montante de R\$ 1.090.542.705,88 e desembolsos no valor de R\$ 1.075.186.895,85, gerando saldo positivo de R\$ 15.355.810,03. Já no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos não houveram ingressos, enquanto os desembolsos somaram R\$ 15.439.219,25.

Resultado Financeiro - Geração Líquida de Caixa	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Fluxos de caixa das Atividades das Operações	15.355.810,03	(16.567.763,29)	(192,68)
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento	(15.439.219,25)	(16.440.198,04)	(6,09)
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83.409,22)	(33.007.961,33)	(99,75)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

9.23 23 – Gastos com COVID-19

Desde março de 2020, quando houve declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) a cerca da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vêm contribuindo com a sociedade brasileira para o combate deste novo vírus por meio de pesquisas, realização de testes e exames, produção de materiais de proteção, dentre outros.

Para tanto, além de seus recursos já constantes na LOA, foram descentralizados recursos extraorçamentários, com o fim específico de combate a COVID-19, tendo a UFJF recebido



durante o exercício de 2020 créditos no montante de R\$ 150.551,00 e pago o montante de R\$ 143.804,25, conforme tabela abaixo:

Descrição Despesas	Dotação Atualizada	Despesas Pagas
Despesas Correntes	121.100,00	-
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	-	7.324,10
Material de Acondicionamento e Embalagem	-	1.066,40
Material de Expediente	-	33.963,60
Material de Limpeza e Produtos de Higiene	-	10.533,60
Material Elétrico e Eletrônico	-	459,00
Material Laboratorial	-	38.316,09
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	-	12.355,54
Material p/ Manutenção de Bens Móveis	-	12.345,10
Material Químico	-	2.716,00
Serviços Gráficos e Editoriais	-	740,00
Taxas	-	384,82
Despesas de Capital	29.451,00	-
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	-	23.600,00
Total Geral	150.551,00	143.804,25

Fonte SIAFI 2020

Dentre as atividades desenvolvidas pela UFJF para o combate da COVID-19, pode-se destacar o desenvolvimento e distribuição de viseiras de proteção, a disponibilização de linha telefônica (Disque Corona) para o esclarecimento de dúvidas a respeito da COVID-19, distribuição de máscaras e materiais de higiene para a população em situação de vulnerabilidade social em Juiz de Fora, além de ter sido responsável pela realização de todos os exames de COVID-19 oriundos do Sistema Único de Saúde dos municípios das regionais de saúde de Juiz de Fora e Leopoldina (mais de 15 mil testes realizados em 2020 do tipo PCR em Tempo Real).